



DISTRITO FEDERAL

“Queremos respeito”, afirma deputado em defesa dos vigilantes do DF

Chico Vigilante (PT) tem reagido de forma dura em defesa dos profissionais do Distrito Federal contra posicionamento do sindicato patronal da categoria



Foto: Myke Sena/Jornal de Brasília

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) tem reagido de forma dura em defesa dos vigilantes do Distrito Federal contra posicionamento do sindicato patronal da categoria, que não assinou até agora a convenção coletiva referente à campanha salarial de 2021 com efeito para 2022, cuja formalização estava prevista para o último dia 31. Vigilante conclamou os trabalhadores para que convoquem uma assembleia e entrem

no processo de preparação para a greve, citando vários itens argumentados pelas empresas de vigilância privada com os quais não concorda. “Não foi à toa que incorporei o ‘Vigilante’ ao meu nome. Queremos respeito para conosco”, destacou.

“Essa convenção coletiva já tinha de ter sido assinada se os patrões do setor tivessem vergonha na cara, fossem homens

decentes e respeitassem minimamente o trabalhador”, criticou. Conforme explicou o parlamentar, em outubro do ano passado foi aprovada em assembleia geral uma pauta de reivindicações, na qual ficou definido que não haveria negociação abaixo da inflação. “Isso foi protocolado e encaminhado para o sindicato patronal, que ficou enrolando. Agora estão divulgando um vídeo com mentiras para os vigilantes do DF. Não podemos aceitar”, avisou.

De acordo com Chico Vigilante, os representantes do sindicato patronal afirmam que estão oferecendo 7% de reajuste, quando a inflação do ano passado foi de 10,40%. Representantes do patronato também dizem que a categoria tem, no Distrito Federal, o maior piso salarial do Brasil. “Isso é verdade, mas foi fruto da greve, fruto da nossa luta, de suor e sangue. Ou eles não estão lembrados do tanto de greve que fizemos para ter esse piso no Distrito Federal?”, ressaltou.

O deputado rebateu outros argumentos do sindicato patronal, de que o piso dos vigilantes no DF é 57% acima do de Goiás e 31% acima do de São Paulo. “Isso é verdade, mas acontece que no Distrito Federal há um sindicato que luta, que não é pelego, não se vende para patrão. “Não nos rendemos nem nos entregamos”, frisou.

“Canalhice”

A jornada de 12h por 36h, cuja manutenção tem sido apresentada como uma grande conquista, segundo ele foi conseguida pelo sindicato dos próprios vigilantes durante uma greve histórica realizada pela categoria em 1979. “É uma canalhice usarem esse argumento. Faz 43 anos que conseguimos essa jornada e fomos a primeira categoria no Brasil a tê-la. Fomos nós que a legalizamos”, enfatizou.

“O plano de saúde é uma conquista, está embutido nos contratos. O tíquete alimentação, o uniforme e os salários vigentes, da mesma forma, estão todos nos contratos. Por isso, peço aos empresários que nos respeitem. A única coisa que os vigilantes querem hoje é respeito”, disse.

“Sinto muita saudade do tempo em que havia homem com dignidade na diretoria do sindicato patronal e que negociava com seriedade conosco. A verdade é que hoje a gestão do sindicato não tem preocupação alguma com a categoria a não ser prejudicar os trabalhadores”, completou o parlamentar.

Fonte: [Jornal de Brasília](#)

X Congresso Nacional dos Vigilantes @virtual

Brasília/DF 20 e 21 de janeiro de 2022 às 14h

CNTV

SDS Edifício Venâncio Junior loja 09/11 Asa Sul Brasília DF

Realização: **CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes**

Filiada: UNI global union, CUT, DRESE

Apoio: **Federações de Vigilantes e sindicatos de vigilantes**

Central do Brasil aborda o papel dos sindicatos na revogação da Reforma Trabalhista

Para Clemente Ganz, do Fórum das Centrais Sindicais, organizações precisam mobilizar suas bases por essa pauta



O programa Central do Brasil vai ao ar, de segunda a sexta, às 19h45 - Marcello Casal Jr. | Agência Brasil

Recentemente, o ex-presidente Lula (PT) e representantes sindicais se reuniram com lideranças espanholas para conversar sobre a revogação da reforma trabalhista na Espanha. O modelo espanhol inspirou a reforma brasileira, instituída em 2017, no governo de Michel Temer (MDB).

No quadro Entrevista Central do programa desta terça-feira (17), o coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, Clemente Ganz, analisa qual deve ser a contribuição do movimento sindical, ao longo de 2022, para este debate no Brasil. Para Ganz, os sindicatos “precisarão movimentar suas bases” para fazer com que este tema se fortaleça entre os trabalhadores. Além disso, ele analisa o legado da reforma trabalhista brasileira e o impacto na população.

“Essa dinâmica, com essa flexibilização laboral, trouxe uma expansão das ocupações vulneráveis, especialmente o trabalho autônomo sem contribuição previdenciária, e houve também uma precarização nas formas de contratação, com os trabalhos de curta duração”, destaca.

E tem mais!

No quadro Trilhos do Brasil, você acompanha o surto de Candida auris em Pernambuco. Considerado um superfungo, o micro-organismo foi observado em dois pacientes, que estavam internados na rede pública do Recife, e preocupa as autoridades sanitárias. A Anvisa emitiu alerta e avalia que pode se tratar de um terceiro surto no Brasil - os outros foram registrados entre 2020 e 2021, com casos na Bahia. Médicos e especialistas ponderam que este superfungo é mais comum em infecções hospitalares.

No Embarque Imediato, o destaque é a mobilização dos médicos da atenção primária na cidade de São Paulo, que anunciaram greve para esta quarta-feira (19). A categoria cobra novas contratações de profissionais de saúde, testes para covid-19 e melhoria nas condições de trabalho e salário.

A Parada Cultural indica o espetáculo teatral “Touch”, que escancara os preconceitos e a fragilidade das relações na sociedade atual. A peça, apresentada de forma online, segue em cartaz até o dia 27 de fevereiro, sempre de quinta a domingo, às 20h.

Sintonize

Para acompanhar o Central do Brasil, basta sintonizar a TVT em uma antena digital, interna ou externa. Na grande São Paulo, o canal é o 44.1 (sinal digital HD aberto); na NET o canal é o 512 (NET HD-ABC); no UHF, a sintonia é 46; 13 na NET-Mogi; e Canal 12 na Vivo São Caetano do Sul.

A sintonia da Rádio Brasil Atual é 98,9 FM na Grande São Paulo. Também é possível acompanhar a programação radiofônica pelo site do Brasil de Fato.

Fonte: Brasildefato

Comando Nacional dos Bancários vai cobrar da Fenaban volta do home office



Pompeo de Mattos: maior vulnerabilidade de saúde dos idosos justifica a medida

O Projeto de Lei 2696/21 acaba com a obrigatoriedade de o beneficiário do INSS fazer a comprovação de vida junto ao órgão. A proposta altera a Lei Orgânica da Seguridade Social e está em discussão na Câmara dos Deputados.

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), autor do projeto de lei, lembra que o INSS já tem acesso aos dados dos cidadãos, em especial aos dos cartórios de registro civil, e das limitações de locomoção e de acesso das pessoas idosas.

“Diminuir as ações burocráticas, como a comprovação de vida, parece atitude mais prudente se consideramos inclusive a maior vulnerabilidade de saúde dessas pessoas, na grande maioria idosos”, disse.

Segundo o deputado, não é exagero dizer que a prova de vida é um drama para grande parte dos beneficiários da Previdência e dos

regimes próprios de previdência. E lembrou que a legislação definiu que cabe às instituições bancárias fazer essa comprovação de vida.

“Quando precisam fazer a comprovação de vida, os idosos são submetidos a longas filas, aglomerações, gente sem máscara, riscos de contrair o novo coronavírus, pedintes e golpistas em portarias das agências financeiras, considerando que a grande maioria de aposentados no Brasil são pessoas simples sem acesso expressivo às tecnologias de aplicativos de internet”, resumiu Pompeo de Mattos.]

Tramitação

O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Redação - RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Salário inferior ao piso da categoria justifica rescisão indireta



Com decisão, empresa terá que pagar diferença de salários, 13º e FGTS

O juízo da 14ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho entre uma empresa da área de segurança e uma profissional que trabalhava no monitoramento de veículos de carga.

No caso concreto, a trabalhadora recebia um salário abaixo do piso previsto na convenção coletiva de trabalho da categoria. O juízo de 1ª grau reconheceu o direito da funcionária às diferenças salariais em razão do pagamento inferior ao devido, juntamente com os valores referentes a 13º salário, férias e FGTS.

Ao analisar o recurso, o relator, desembargador Francisco Ferreira Jorge Neto, entendeu que “o pagamento de salário inferior ao piso normativo constitui ofensa grave ao contrato de trabalho”, justificando, assim, a reforma do entendimento do juízo de origem.

O ponto de vista do relator foi seguido pelo colegiado. Contudo, a maioria dos desembargadores votou por negar o pagamento de horas extras por jornada realizada após o registro de ponto, já que a trabalhadora não conseguiu provar, nos autos do processo, quando a jornada estendida ocorreu.

1000790-44.2020.5.02.0079

FOnTe: Revista Consultor Jurídico

Projeto desobriga empresas de contratar aprendizes durante pandemia ou calamidade



Nereu Crispim: processos seletivos podem comprometer isolamento social dos jovens

O Projeto de Lei 2692/21 altera a Consolidação das Leis do Trabalho para suspender a obrigatoriedade de empresas contratarem aprendizes durante a pandemia de Covid-19. Segundo o texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a medida também valerá para emergências de saúde pública e para situações de calamidade pública.

Atualmente, segundo a CLT, as empresas são obrigadas a empregar e matricular em cursos dos serviços nacionais de aprendizagem adolescentes e jovens em número que represente entre 5% e 15% do total de empregados contratados com formação profissional. Pela lei, o aprendiz deve ter entre 14 e 24 anos de idade.

Autor do projeto, o deputado Nereu Crispim (PSL-RS) argumenta que o estado de calamidade pública imposto pela pandemia de Covid-19 exige a adoção de medidas sanitárias, como o isolamento social, o que, segundo ele, poderia comprometer processos seletivos internos para a contratação do aprendiz.

“Exigir a contratação de aprendizes diante desse cenário seria ignorar a finalidade social da norma e a garantia dos demais direitos que visam a promoção da dignidade da pessoa humana”, diz o deputado.

“Embora o direito à profissionalização do jovem e adolescente deva ser protegido, também deve ser resguardado o direito à saúde e à vida de todos, inclusive dos candidatos às vagas da cota de aprendizagem”, conclui.

Tramitação

O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

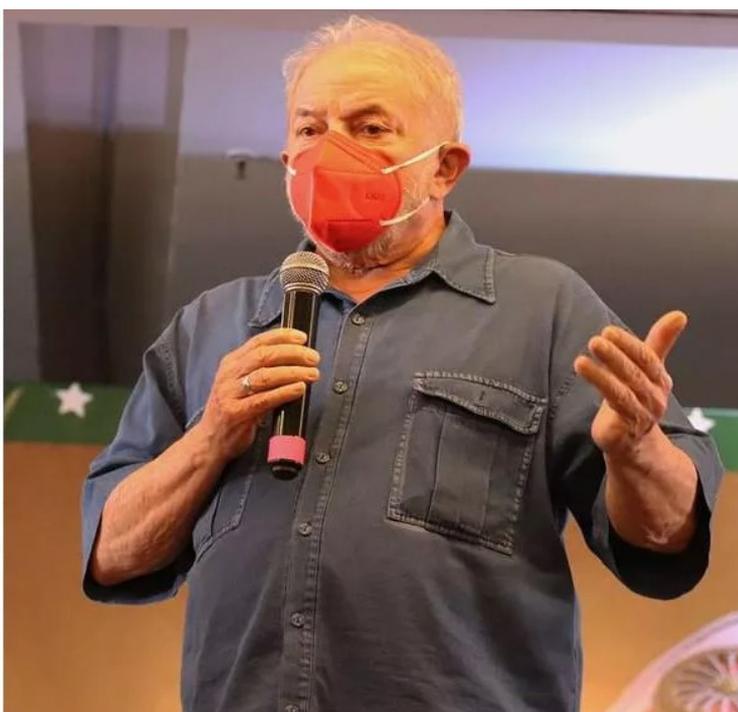
Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei
Reportagem – Murilo Souza

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Após contrarreforma trabalhista, PT vai estudar mudanças na Previdência

Economistas que aconselham Lula dizem que ajustes na reforma trabalhista são prioritários, mas que debate sobre Previdência virá em seguida



Gleisi Hoffmann e Lula (Foto: Reprodução/Facebook)

Por Edoardo Ghirotto e Lucas Marchesini, Metrôpoles - O grupo de economistas que se reúne periodicamente com Lula pretende discutir mudanças para a Previdência após concluir a formulação da proposta de contrarreforma trabalhista que o PT apresentará nesta eleição.

Segundo o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, disse à coluna na semana passada, a reforma trabalhista promovida no governo Michel Temer tirou o financiamento da Previdência. Na visão do

ex-ministro, “ela não é sustentável como está instituída hoje” devido à precarização do trabalho.

Economistas que têm participado da discussão dizem que a Previdência foi tratada lateralmente nas reuniões com Lula. Na visão deles, não faz sentido propor alterações no sistema atual sem um entendimento claro de quais serão as regras do mercado de trabalho que Lula tentará implementar num eventual governo.

Fonte: [brasil247](#)

Portaria confirma que teto para aposentadorias e pensões do INSS será de R\$ 7.087

Este também será o valor de referência máximo para calcular as contribuições à Previdência Social no ano de 2022



Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 20, confirma que o valor máximo de aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai subir de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22 em 2022. Este também será o valor de referência máximo para calcular as contribuições à Previdência Social.

“A partir de 1º de janeiro de 2022, o salário de benefício e o salário de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 1.212,00 nem superiores a R\$ 7.087,22”, estabelece a portaria que oficializa o reajuste de aposentados que ganham acima de um salário mínimo e é assinada pelos ministérios da Economia e do Trabalho e Previdência.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

O valor é calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como referência para reajustes salariais e benefícios previdenciários – que ficou em 10,16% no ano passado, segundo dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na semana passada.

Pela legislação, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo INSS não podem ser inferiores ao salário mínimo, de R\$ 1.212 para este ano. O piso não repõe a inflação do ano passado, já que incorporou a diferença do salário mínimo de 2021, que também tinha ficado abaixo da inflação do ano anterior.

O ato publicado no Diário Oficial dispõe sobre os valores de outros benefícios, como auxílio por incapacidade temporária, aposentadorias dos aeronautas, pensão especial paga a vítimas da síndrome da talidomida, benefícios concedidos a pescadores e seringueiros, além de benefícios assistenciais como pensão especial para dependentes de vítimas de hemodiálise e aqueles voltados para idosos e pessoa com deficiência.

Estadão conteúdo

Fonte: jornaldebrasil.com.br

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF